

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS SOCIEDADES MODERNAS

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS SOCIEDADES MODERNAS

Dr. Daniel Proença de Carvalho

Entre os extraordinários progressos técnicos que o nosso século conheceu, poderemos sem dúvida colocar em lugar destacado os novos meios de comunicação social, a rádio e a televisão, cujos desenvolvimentos tiveram uma influência marcante nos modos de vida, opiniões, valores e visão do mundo que hoje partilhamos.

Como em geral sucede, a par dos imensos benefícios do progresso técnico, bem expressos no aumento extraordinário do nível de vida das sociedades industrializadas, com consequências positivas na qualidade de vida dos homens e mulheres que dele têm beneficiado, podemos também detectar efeitos nefastos e perversos do desenvolvimento técnico.

Um dos aspectos que distinguem os conservadores (ou pessimistas) dos progressistas e liberais (ou optimistas), será justamente no modo como julgam o saldo entre os aspectos positivos e negativos da civilização que o desenvolvimento técnico dos últimos séculos tem vindo a desenhar.

Ao procurar, despretensiosamente, caracterizar o estado actual dos meios de comunicação social nos países democráticos industrializados – entre os quais poderemos incluir Portugal –, fugirei à tentação de emitir um juízo global sobre o sistema mediático.

Estou profundamente convicto de que os progressos alcançados no domínio da Imprensa, da Rádio e da Televisão, traduzindo-se numa

abundância de informação e de conhecimentos para a generalidade dos cidadãos, na prática do confronto pacífico de ideias, e na democratização da cultura, constituem aquisições incomensuráveis para os valores permanentes da liberdade, da dignidade dos cidadãos, da melhoria do Estado e do progresso económico e social.

Esta afirmação, porém, não esconde alguns desequilíbrios que estão a verificar-se no relacionamento entre o poder político democrático e o sistema mediático e entre este e os cidadãos, desequilíbrios geradores de distorções ao princípio da representação democrática e na protecção de direitos fundamentais dos cidadãos.

A tradição democrática, assente nos princípios da divisão de poderes, da representação e na declaração e respeito por direitos políticos e cívicos atribuídos constitucionalmente aos cidadãos, imaginou a Imprensa, e mais tarde os meios audiovisuais, como instrumentos de liberdade de expressão, como um contra-poder aos poderes políticos, e também como intermediários entre os agentes políticos e a sociedade civil.

Esta concepção clássica dos *media* foi ultrapassada na prática pelo contínuo e imparável fortalecimento da influência dos media, especialmente da televisão, sem que o Estado ou os políticos tivessem sequer tomado consciência de que, de contra-poder, a Comunicação Social passou hoje a acumular, directa ou indirectamente, o maior poder sobre a sociedade.

O sistema mediático está a ocupar nas nossas sociedades um lugar preponderante na Política, a substituir-se insidiosamente à família e à

escola na Educação (enquanto transmissão de conhecimentos e formação de valores), a julgar os cidadãos antes dos Tribunais.

Vivemos naquilo que alguns chamam de Sociedade Mediática.

O sociólogo Gerard Mermet, ao descrever os três tipos de sociedades que hoje coexistem, em função da correlação entre *actores políticos*, *público* e *media*, define-os do seguinte modo:

- Nas sociedades com poder político autoritário (ditaduras) as relações entre as três componentes do sistema – políticos, público e media –, estabelecem-se verticalmente, de cima para baixo, exercendo os *media* o mero papel de porta-vozes (amplificadores) das decisões dos primeiros;
- Se o *público* está em posição dominante, o regime aproximar-se-á do modelo democrático na acepção liberal clássica; os políticos, em princípio, representam os cidadãos eleitores, detêm o poder em nome do povo soberano; os *media* estabelecem uma saudável intermediação entre ambos, fiscalizam os políticos, informam o público dos factos e desenvolvem o pluralismo das opiniões.
- No terceiro sistema – estágio em que se encontram os países mais desenvolvidos economicamente em regime democrático –, são os *media* que exercem a influência determinante. Eles detêm um *real poder* sobre os políticos, na medida do poder que exercem sobre o público, a quem servem uma informação confeccionada, opiniões formadas, e a distração de que o público se tornou dependente.

Para o autor desta análise social, não se trata de uma ditadura dos "media", mas mais de um estágio pós-democrático, que mistura as vantagens da democracia com os vícios da ditadura.

A par do crescendo de influência dos meios de comunicação social, estamos a assistir a uma espécie de paralisia do poder político e a um défice de representação das instituições tradicionais da democracia: Partidos Políticos, Parlamento, Governo. E mesmo as forças sociais, como os sindicatos, e as suas formas clássicas de actuação e de luta perdem terreno em benefício da Comunicação.

Este deslizar da influência e do poder das instituições da representação assente no sufrágio, para os novos poderes, entre os quais ocupa lugar destacado a Comunicação Social, terá resultado da convergência de dois factores: o desenvolvimento tecnológico das comunicações e as pesquisas da opinião pelas técnicas das sondagens.

É certo que, em alguma medida, todos os sistemas político mais ou menos democráticos assentaram desde sempre na opinião pública, mas esta manifestava-se pelo voto, através dos mecanismos de representação, ou, por vezes, através de convulsões sociais quando os primeiros não garantiam adequadamente os equilíbrios da sociedade.

Nas sociedades actuais a situação modificou-se radicalmente.

A rápida evolução das sondagens, a criação de institutos ou empresas especializadas na sua realização e a ligação que estabeleceram com os meios de comunicação social, dão a conhecer o estado da opinião pública em tempo real.

O mesmo sucede com a informação pela imagem. Os progressos na transmissão da imagem e do som via satélite tornam possível uma informação simultânea com os acontecimentos, como sucedeu, por exemplo, relativamente a factos históricos tão significativos como a queda do Muro de Berlim, a guerra do Golfo, o ataque à Casa Branca em Moscovo, etc.

A aliança entre estes instrumentos conduziu à quase simultaneidade entre a informação e o conhecimento da opinião pública; e esta é permanentemente pesquisada e medida, quanto ao seu moral, às intenções de voto, às opções em todas as matérias da esfera pública e privada, às afeições ou desafeições dos eleitores relativamente aos políticos, tal como se medem as preferências pelas marcas de detergentes ou óleos alimentares.

Opinião - sondagem - media, a Santa Trindade da Comunicação, a quinta essência dos media-choc, como a caracterizou Alain Minc. A política e os políticos estão a enredar-se nas malhas do novo *sistema opinião - sondagem - Meios de Comunicação Social*. A arte da política já não reside tanto no exercício do Poder, ou nas opções ideológicas, ou nos sistemas de crenças, valores, convicções, mas na arte de manobrar os factores de que dependem, ao menos na aparência, os sucessos eleitorais.

Só as sondagens fundamentam o mito da opinião, mas os media não se limitam, obviamente, a transmiti-las; os media tornaram-se clientes privilegiados das empresas de sondagens, fixam-lhes os temas, põem em cena os resultados, usam a liberdade de interpretação que os números permitem. Se o desejarem, os meios de comunicação social

fazem das sondagens um espelho mais ou menos deformador da opinião pública.

Por outro lado, a informação que nos é fornecida pelos jornais das grandes estações de televisão afastou-se quase radicalmente dos modelos estabelecidos pela deontologia do jornalismo convencional.

A informação-espectáculo visa, fundamentalmente, captar a qualquer preço a atenção dos telespectadores, tornou-se escrava do audímetro, a preocupação dos seus editores está fixada na audiência e na competição com as estações concorrentes.

Numa síntese um pouco brutal, Jean Baudrillard ("La Guerre du Golfe n'a pas eu lieu") escreveu que a "informação é um míssil errático, com destino "flou", que procura a sua presa mas se prende a todos os engodos. Ela bombardeia em redor do alvo, sem resultado certo. Ela não sabe onde toca e talvez não tenha por missão tocar, mas, como o míssil, tem por missão essencial, ser lançada. De facto, as únicas imagens impressionantes, de mísseis, foguetões e satélites, são as do lançamento."

A *informação-espectáculo* vive dos factos mais brutais e dos juízos sumários; quase sem palavras, sem nuances, ela serve-se das imagens, se possível intensas, violentas, mesmo sangrentas.

E a *informação-espectáculo* tornou-se preponderante, fruto da ambiguidade estabelecida entre o direito à informação, a evolução tecnológica e a pressão do mercado.

Pôr em causa os seus métodos constitui ainda heresia de que devem abster-se quantos alimentem alguma ambição política.

O direito à informação inscreveu-se entre os direitos fundamentais dos cidadãos, ao mesmo nível constitucional que as velhas liberdades políticas e cívicas.

Na nossa matriz democrática, informação é sinónimo de conhecimento, logo, quanto mais informação tivermos, melhores cidadãos seremos.

Os detentores acríticos dos instrumentos da *informação-espectáculo*, não se cansam de nos convencer de que a democracia moderna passa por informação mais abundante, mais diversa e mais rápida.

Não deveremos, no entanto, esquecer que, sob o pretexto da "legitimidade da informação", poderemos estar a deixar construir uma democracia vigiada, em que o sistema mediático - sem estatuto particular, sem posicionamento institucional - submete à sua própria hierarquia todos os outros sistemas de valores e coloca sob a defensiva os poderes com base no sufrágio popular.

E sem esquecer que o único critério da *informação-espectáculo* é o audímetro e o mercado que ele representa. Com o audímetro, as televisões obtêm uma informação do mercado de que nenhum outro sector económico dispõe, ou seja, um conhecimento do mercado também quase em tempo real.

A competição transforma-se em obsessão.

Os vícios do sistema começam a ser observados e criticados.

Alain Minc lançou um libelo acusatório contra o sistema, em que são réus não apenas os detentores do poder mediático, mas também os responsáveis pela falência das instituições clássicas, partidos, sindicatos, igrejas, escolas, famílias.

Contra a *informação - espectáculo* Alain Minc lança a acusação de criar a *ilusão do directo*, maximizando a emoção, mas que pode derrapar para o erro, a ineficácia, a delapidação do tempo, e a anestesia dos telespectadores; acusa-a ainda de *fabricar a uniformidade* e o *sensacionalismo* - sangue, sexo, dinheiro -; acusa-a da provocação de *efeitos perversos* na *política*, no *poder judicial*, no *mundo económico*, na *vida intelectual*.

E lança uma especial atenção à *arrogância* dos novos donos da Informação. Dotados de notoriedade, glória e vaidade, serão necessárias às vedetas da *informação - espectáculo* grandes doses de bom senso, virtude, cultura e humildade, para escaparem à tentação da arrogância. O domínio de um instrumento tão poderoso fá-los crer que estão investidos de uma *missão*, na essência superior aos outros poderes, político e económico, cujos agentes estão submetidos ao seu juízo, aos seus meios de investigação, à sua possível condenação sem recurso.

Colocado sob suspeita, o *sistema político ameaça ficar paralisado*, num mundo em evolução rápida.

Vejamos, neste contexto, a situação particular da Europa.

A crise económica que atingiu duramente a Europa reveste contornos estruturais cuja superação exige reformas profundas, as

quais inevitavelmente atingem direitos, privilégios e comportamentos instalados e que erroneamente se julgavam adquiridos.

Sabe-se que os países da Europa em geral, e Portugal em particular, sofrem de uma baixa produtividade quando comparada com os E.U.A. e as economias mais performantes do Extremo-Oriente, com as quais terão de competir;

Sabe-se que as economias europeias não têm sido capazes de gerar novos empregos que substituam os postos de trabalho perdidos com as reestruturações em curso na generalidade das suas empresas, o que faz do desemprego uma ameaça à estabilidade das pessoas e das famílias, fenómeno que porventura só poderá ser atacado pela maior desregulação do direito laboral, com maior liberdade de contratação e de despedimento;

Sabe-se que os sistemas públicos, pesados e custosos, da Educação, da Saúde, e da Segurança Social, atingiram rupturas insuportáveis que implicam medidas difíceis e duras, pois sacrificam direitos e regalias antigas;

Sabe-se que os cidadãos e as empresas produtivos dificilmente suportarão mais encargos fiscais e sociais, pelo que o Estado não pode fazer crescer a carga fiscal sob pena de afectar o investimento e o crescimento económico;

Sabe-se que as dificuldades no Leste da Europa e ao sul da Europa estão a pressionar surtos imigratórios que põem em perigo a coesão social nas democracias europeias do Ocidente, gerando fenómenos de xenofobia, de violência e de criminalidade que exigem dos Governos respostas prontas e sofisticadas.

Terminado o conflito ideológico socialismo/capitalismo, gerado consenso na economia de mercado, e assumida a consciência de que o Mundo está a caminhar para um mercado global no qual os países asiáticos detêm uma posição cada dia mais influente e cujas economias crescem a um ritmo impressionante, a generalidade das forças políticas responsáveis na Europa, de direita ou de esquerda, sabem que as reformas a empreender apontam para uma maior flexibilidade e mobilidade do emprego, diminuição dos custos dos aparelhos burocráticos prestadores de serviços públicos, privatização em vários domínios, diminuição de direitos e regalias sociais. Em suma, as reformas não são "populares", pois exigem sacrifícios de mudança, adaptação, e têm a aparência de constituírem regressos, gerando sentimentos de perda e insegurança.

Não obstante esta partilha de convicções quanto ao sentido das reformas, as respostas dos Governos têm sido tímidas e o ataque aos problemas quase nunca feito frontalmente, com verdade, coragem e transparência.

Mesmo sendo tímidas as reformas, os Governos estão submetidos a uma onda de hiper-criticismo que abala a credibilidade dos seus autores; as reformas são emperradas por múltiplas resistências, corporativas ou particulares, amplificadas pelos media; o clima geral é de pessimismo e derrotismo, constituindo excepção a abordagem dos problemas numa perspectiva racional.

As ondas de choque emitidas em cada jornal das televisões colocam os políticos numa posição de inibição, destroem-lhes a criatividade e o entusiasmo, conduzem-nos ao imobilismo e ao adiamento das reformas.

O clima instaurado pelos media mudou a natureza dos políticos e está a conduzir, no momento, à capitulação da Política perante a Opinião Pública tal como as sondagens e os media a apresentam.

Instalou-se a ideia de que os Governos deverão conduzir as reformas apenas quando elas "passam" na Opinião Pública.

Para o sucesso dessa visão da política, o primeiro atributo de um político é a sua capacidade de comunicar, o seu espírito de síntese para deixar a mensagem certa nos segundos em que tem a "chance" de penetrar pela câmara da televisão e chegar ao público defronte dos écrans.

À informação-espectáculo corresponde a política espectáculo.

A classe política, porém, no seu relacionamento actual com os media, sofre uma outra contrariedade, que a coloca numa posição de inferioridade absoluta, em que o duelo entre o político e o jornalista é desigual e injusto.

É assim nos "escândalos" que quase diariamente são lançados e atingem os membros da classe política ou as figuras de notoriedade.

No passado, a informação seguia o processo conduzido pela entidade competente, acompanhava o seu desenrolar, aguardava o seu desfecho.

Agora, a informação precede o processo, faz a investigação, dita a sentença e só depois o processo legal segue o seu curso.

Para o político, pouco ou nada importará o desfecho processual do caso. Os media ditarão o julgamento perante a Opinião Pública.

Neste combate, o político assume todos os riscos, o jornalista não assume nenhuns.

Daí o sentimento natural de impunidade dos meios de comunicação social; o sentimento que o jornalista tem, consciente ou inconsciente, de deter o monopólio da verdade, sentimento que o político perdeu em definitivo.

Desta diminuição dos direitos à dignidade e à integridade moral sofrem, não apenas os políticos mas os cidadãos em geral, vítimas frequentes de notícias deficientes, de imputações injustas e ofensas graves aos seus direitos morais.

É certo que a resposta clássica aos abusos reside no Poder Judicial.

Direi, com franqueza, que nesta matéria, os juízes, como os políticos, sentem-se manietados pela simples ideia de serem acusados de liberticidas, e a prática jurisprudencial mostra que os dispositivos repressivos, ou a mera indemnização cível, têm sido utilizados com uma indulgência tal que estão longe de constituir resposta adequada aos erros e ofensas sofridos por quem ousa recorrer à Justiça.

Os cidadãos, em boa verdade, não têm qualquer defesa perante a poderosa Comunicação Social.

Nesta matéria, o poder dos meios de comunicação social levou também, de certo modo, à subalternização do poder judicial, quando não à própria manipulação de alguns dos seus membros, ou a cumplicidades suspeitas entre ambos, em especial no tratamento dos "escândalos" afectando políticos, empresários, ou figuras com notoriedade, em que frequentemente os dois aparelhos se namoram e

seduzem, trocando informações ou denúncias, agindo concertadamente, por vezes com motivações comuns.

"

O balanço sobre os meios de comunicação social na actualidade não tem apenas rubricas no passivo; as suas perspectivas de evolução apresentam motivos de esperança, e penso que o importante é abrir uma discussão objectiva e desapaixonada sobre as questões que os afectam, sem constrangimentos à partida, evitando o simplismo de julgar como atentados à liberdade de informar toda a crítica ao modo como ela é exercida.

A crédito do sistema da Comunicação Social podemos, desde logo, inscrever a responsabilidade dos políticos no desenvolvimento dos seus defeitos, *em especial nos países latinos*. Ao ensaiar, alternadamente, técnicas de subordinação, intimidação, sedução, ou manipulação, os políticos desacreditaram-se eles próprios junto da classe jornalística e promoveram a sua revolta e o seu desejo de afirmação.

Ao prolongarem excessivamente o monopólio do Estado sobre a televisão, os Governos (de esquerda e de direita, com maior responsabilidade para os primeiros) provocaram um efeito perverso, pelo destapar da tampa que longamente conteve a informação das televisões do Estado, subordinadas em maior ou menor grau ao poder político.

Ao manterem - casos de Portugal, Espanha, Itália, França - cadeias de Televisão do Estado em competição com os privados, abdicando em absoluto da prestação de um serviço público não submetido aos constrangimentos da publicidade, desencadearam no sector uma

concorrência selvagem e desenfreada na conquista do mercado, na qual todas as estações - públicas e privadas - se lançaram no estilo da *informação-espectáculo*.

Ainda a crédito dos media, poderemos inscrever a possibilidade de uma maior transparência na acção de políticos, agentes do Estado e agentes económicos, na luta pela moralização dos comportamentos nessas áreas, de que em grande parte depende o sucesso do sistema político e da economia de mercado.

Se evoluirmos progressivamente para um capitalismo liberal, aberto, transparente, mais respeitador dos direitos de accionistas e obrigacionistas, e em geral mais virtuoso nos seus costumes, essa evolução em grande parte a devemos à Informação independente e crítica de que dispomos.

Acreditando, como acredito, nas virtualidades do mercado, em liberdade, acredito também que os cidadãos consumidores dos produtos da informação acabarão por impor os padrões de seriedade, independência e qualidade a que aspiram.

Doutor António Barreto

O Dr. Daniel Proença de Carvalho, logo no início da sua intervenção, disse que um dos aspectos que mais distinguem os conservadores e pessimistas dos progressistas liberais e optimistas era a atitude perante o desenvolvimento técnico, ou o desenvolvimento da civilização, no seu aspecto técnico e tecnológico.

Ouvi-o com uma espécie de barómetro filosófico, ou "oscilómetro" filosófico, tentando ver onde ia acabar. Curiosamente, acabou como um progressista pessimista. Detecta-se em toda a sua intervenção uma atitude de entusiasmo, de adesão ao progresso da tecnologia, da velocidade e dos novos meios de comunicação mas, por outro lado, tem uma atitude muito negativa, muito apreensiva, perante os modos de funcionamento, de exercício e de utilização desses meios. Ele receia as possibilidades de comunicação aberta e permanente.

O comentário que vou fazer, e não escondo que tenho também uma ou duas observações preparadas antes mesmo de conhecer a sua comunicação, vai incidir sobre dois ou três aspectos que andam à volta deste pessimismo. Antes de argumentar, contudo, vou tentar caracterizá-lo com mais precisão.

Daniel Proença de Carvalho mencionou-nos o desequilíbrio existente entre o sistema político e o sistema mediático. Neste desequilíbrio, que é real e do qual eu partilho pelo menos a conclusão de que há um grande desajustamento entre os dois sistemas, é infelizmente minha convicção que ele colocou excessivamente o ónus nos meios e nos profissionais da comunicação. Ao mesmo tempo, exprimi uma espécie de desejo de um estado de equilíbrio e de harmonia entre os dois sistemas, os dois profissionais. Quase nos disse que um dos elementos, se não um dos mais importantes, da crise dos sistemas políticos democráticos actuais residia neste desequilíbrio entre o sistema político e o sistema mediático.

Sintetizando, e de uma maneira não provocatória, mas que tem o seu quê de caricatura, a minha convicção é quase oposta, isto é: graças a Deus, há conflito, há fricção entre o sistema político e o sistema

mediático! É graças à existência desse permanente conflito que nós podemos ter uma política melhor e uma comunicação melhor, ou que temos algumas possibilidades de melhoramento de uma e de outra. Qualquer procura de harmonização entre o sistema político e o sistema mediático vai conduzir à subjugação de um dos dois ao outro. É neste permanente conflito, e não na sua harmonização que eu encontro a virtude.

Não advogo, evidentemente, que devam existir conflitos violentos entre os dois sistemas, ou que deva existir uma total e absoluta falta de respeito de um por outro. Estes conflitos surgem do facto de que as funções, os papéis, a natureza e a essência do ofício do político e do ofício do jornalista, a génese da legitimidade política e a génese da legitimidade da informação ou da comunicação são muito diferentes, não se podendo misturar.

Por outro lado, a intervenção de Daniel Proença de Carvalho faz-nos pensar que o ofício do político e o sistema político se têm vindo a atrasar na sua evolução, no melhoramento das suas funções relativamente ao sistema mediático, de comunicação e de informação (estes três termos não são o mesmo, mas utilizo-os indiferentemente, para abreviar). Isso é verdade. Nos últimos trinta, quarenta ou cinquenta anos, é evidente que a televisão tem vindo a desempenhar um papel importante. Mas também todos os outros meios de transmissão automática e imediata de informação criaram uma velocidade de mudança e um melhoramento do acesso e do exercício do ofício de informação, a que o sistema político não se conseguiu adaptar pois não conseguiu encontrar os respectivos novos modos de funcionamento.

Um outro ponto, a que tentarei ainda voltar, resulta da última parte da comunicação do Orador. Daniel Proença de Carvalho não utilizou o termo "legitimidade", no que lhe faço justiça, pois estava à espera disso e tinha mesmo a certeza de que ele o ia utilizar. Acho que ele aqui foi fino, como nos habituámos a que seja. Embora não tenha utilizado o termo "legitimidade", creio que estava a pensar nele.

O problema reside no facto de que existe um conflito de legitimidades, a meu ver irresolúvel. Poderá eventualmente ter uma solução por via da coexistência ou, sobretudo, pela via do reconhecimento da diferente natureza de legitimidades. A legitimidade do representante do sufrágio, a legitimidade do agente político, do deputado, do autarca, do governante, do ministro, do primeiro-ministro ou do presidente da república, é uma legitimidade diferente da legitimidade a que poderão ambicionar os profissionais da comunicação, para não falar de outras profissões, como os juízes.

Há muitas outras formas de legitimidade que não têm nem os mesmos critérios de aferição nem as mesmas géneses. O que definirá a legitimidade do terceiro anel no Estádio da Luz? O que definirá a legitimidade dos artistas? Dos amantes? Em nenhum destes casos a legitimidade é democrática, no sentido de que a democracia serve para legitimar os representantes do povo por uma via e métodos que são os da eleição e o do respeito da maioria pelas minorias. Ora, estes critérios aplicam-se muito pouco, ou não se aplicam mesmo, a outras formas de actividade, nomeadamente à comunicação.

É verdade que a comunicação alterou quase todas as actividades humanas e a comunicação - ou a informação - deixou de ser algo que se acrescenta a essas actividades, para ser ele própria uma actividade

humana intrínseca a outras actividades, nomeadamente à política. Hoje em dia, muita da política que se faz é feita por causa da comunicação. Antes de eu me reformar da política, assisti durante muitos anos à preparação de um discurso, à preparação de um comício, de um gesto político, de um acto populista ou de um acto de majestade, e a preparação desses gestos já tem muito pouco a ver com a política em si, tem antes a ver com os horários da RTP, da SIC ou da TVI, e com a presença ou ausência de jornalistas. Tem a ver com o momento em que se diz a frase boa, quando é que se diz a frase má, quando é que se tem o bom pensamento, o que é que se guarda para quando não está a informação.

Esta verdade aplica-se também a outros níveis. O Secretário de Estado, Dr. Joaquim de Azevedo, mencionou na sua intervenção o papel da comunicação na Escola. A comunicação é substituta de uma parte das actividades escolares, políticas ou desportivas. Decerto verificaram que o futebol hoje em dia, e assim será cada vez mais daqui a trinta anos, já não se organiza em função dos estádios: o futebol organiza-se em função da televisão, em função da comunicação imediata e é isso que domina a concepção do espectáculo, do desporto, da competição económica, da educação, etc. A comunicação transformou estas actividades em actividades imediatamente transmissíveis e universais, característica que a política ainda não tem. O fenómeno político ainda não é imediatamente universal e não é imediatamente transmissível, decorrendo daí uma das disfunções entre política e comunicação.

O Proença de Carvalho mencionou de passagem a relação entre a comunicação e a opinião. Gostava de introduzir e enfatizar a minha opinião sobre o assunto: a comunicação social não é a opinião pública.

A comunicação social influencia a opinião pública, pode até ser considerada como uma das múltiplas manifestações da opinião pública, mas confundir comunicação e opinião pública é um erro. Os órgãos de comunicação e os seus profissionais traduzem opiniões de grupos. Quanto mais livre e independente for um órgão de comunicação social, mais essa opinião é a do próprio grupo que faz ou que produz esse órgão de comunicação social. Quanto menos independente esse órgão for, mais será a de quem lhes paga: o poder económico, político, religioso, cultural ou outro. Há uma diferença importante entre os órgãos de comunicação e a opinião pública, que é um outro fenómeno.

Neste contexto, tenho tendência a considerar a actividade da comunicação como qualquer outra grande actividade humana especial. Não é uma actividade totalmente à margem delas. O poder político, mas também os grupos de interesses económicos, sociais e culturais tendem a gostar de ter uma comunicação social mais fiel ao que dizem, pensam ou fazem. Esta fidelidade é a grande armadilha das concepções sobre a comunicação social. Exigir da comunicação a fidelidade ao que se quer e ao que se pretende significa, na maior parte dos casos, exigir a dependência.

Deparamos com um "catch 22": o que se faz para a comunicação está preparado para a comunicação e é evidente que há um sentimento de adultério quando, de repente, o que eu dou à comunicação, nos meus termos, não é o que ela transmitiu exactamente. Mas não se façam de inocentes, porque quem quer utilizar a comunicação preparou as coisas para ela, porque queria deliberadamente uma coisa e um efeito. Se toda a comunicação fosse independente, livre e rigorosa - porque é evidente que não é - também teria o dever de demonstrar o que é a encenação. Uma grande parte do que se lhe dá é, sim, encenado.

O Daniel Proença de Carvalho falou várias vezes da política e espectáculo e eu concordo que a política se está a transformar em espectáculo. Quase que culpa a informação - ou a comunicação - de fazer essa política-espectáculo por causa da concorrência, por causa do sensacionalismo. Só lhe respondo que os órgãos de comunicação e de informação terão certamente muitas culpas, mas nem se calcula as que têm os políticos, os empresários, os agentes culturais, na preparação da encenação para a comunicação. As culpas, se existissem, seriam partilhadas.

Neste contexto e muito particularmente em Portugal, o que eu espero, reconhecendo embora que é muito difícil, é que o seu mundo, o mundo da informação e da imprensa, possa vir a melhorar os seus códigos de comportamento, os seus códigos deontológicos, as suas regras de rigor e de qualidade e a sua formação profissional. É a única maneira de evitar que entidades exteriores lhe venham formular ou impor códigos de comportamento, nomeadamente leis sobre a liberdade e o uso da imprensa. Não quer isto dizer que eu aceite que o único critério para aferir a qualidade e a deontologia da profissão sejam as suas próprias regras; isso seria o corporativismo no estado perfeito. Não digo isso, mas também não digo o contrário, e não tenho receio, porque há nomeadamente o mercado, o consumidor, o leitor, o espectador, o ouvinte. O grau de satisfação das necessidades daqueles que recorrem à comunicação é, a meu ver, um dos critérios mais importantes para que esse código deontológico não seja feito em circuito fechado, não seja feito simplesmente dentro da própria comunicação e tenha assim a influência da sociedade envolvente.

Além disso, há o sistema das leis do país. O Daniel Proença de Carvalho não foi tão radical como eu esperava que ele fosse; apenas

levantou algumas dúvidas sobre a aplicação ao mundo da comunicação das leis gerais do país, da constituição, da lei geral e do sistema judicial que ele conhece bem e no qual ele vê defeitos ou dificuldades de agir directamente em cima dos problemas. Pessoalmente, preferiria que à comunicação, ao uso da liberdade de imprensa, e à defesa da privacidade da imagem, de que todos conhecemos os grandes problemas, se aplicassem as leis gerais do país, as leis da Constituição, as garantias e direitos fundamentais do cidadão e o sistema judicial, quiçá preparado para responder rapidamente a essas questões.

Não gostaria de modo algum de ver leis e um sistema judicial especialmente concebidos para a imprensa e para a comunicação, que constituíssem uma especial ameaça ou uma especial tutela sobre a comunicação. Por isso, penso que a regulamentação pública da comunicação deve ser o menos específica possível e o mais partilhada possível com as leis gerais do país, tendo em conta que a principal preocupação que eu espero das leis do país em relação à comunicação seja a defesa dos direitos do cidadão e não a defesa da impunidade ou da imunidade dos agentes políticos, económicos ou outros. Nas últimas controvérsias ocorridas tanto em Portugal como em outros países europeus, relativamente à defesa da privacidade, houve sempre a ideia implícita, defendida por algumas pessoas, de que os políticos, por exemplo, têm direitos especiais relativamente à sua vida privada, à sua privacidade e aos seus gestos. É um ponto de vista que não aceito.

Para terminar, não quero que conclua que me limito pura e simplesmente a defender os direitos e prerrogativas dos órgãos de informação ou dos profissionais da informação. Defendo-os, esses direitos e prerrogativas da actividade, com mais veemência do que defendo os direitos e prerrogativas da actividade política, pelo simples

facto de que me parece que ainda hoje são mais frágeis os direitos e prerrogativas da comunicação do que os direitos e prerrogativas da classe política. E se a comunicação pode ter mais influência sobre mim ou pode manipular-me mais do que a política, a verdade é que a política manda mais em mim do que a comunicação.

É verdade que há a tentação da parte dos profissionais da comunicação em transformar a informação em espectáculo, com tudo o que isso tem de positivo ou de negativo. É algo de inevitável: a nova sociedade de massas assim o faz e assim o exige. Mas, pior do que isso, se reconheço o muito que há a fazer no mundo da comunicação e da informação, uma vez mais me elevo na defesa da liberdade de expressão e de informação, com os riscos que isso tem. E elevar-me-ei contra aquilo que está um pouco em curso, pelo menos na reflexão de muita gente - disto não acuso, pelo menos até agora, o Daniel Proença de Carvalho - que é a tentação dos políticos, ou do poder económico e de outros, de acusar ou matar o mensageiro. É um velho mito que nós conhecemos.

Dr. José Pacheco Pereira

Nesta matéria, tenho talvez a posição mais radical de pessimista-pessimista, porque penso que estamos perante uma mudança qualitativa sem retorno e que a face das democracias ocidentais industrializadas está a ser marcada por esta nova realidade dos media. Não se trata propriamente de um fenómeno complementar ou de uma continuidade de outros fenómenos que marcam essas democracias, mas sim de um fenómeno novo cujos efeitos ainda estão

no início e que provavelmente marcará a face das democracias ocidentais no próximo século.

Esforço-me por ter muito pouca ingenuidade sobre esta matéria e, beneficiando da circunstância favorável de ser o último comentador, notei muitas ingenuidades naquilo que disse o meu companheiro de debate que, por exemplo, acha que os jornalistas recusam a política-espectáculo. Está bem enganado. A política-espectáculo beneficia os políticos que a fazem. Quando um político resolve sair de barco e chama ao seu passeio "Campanha do Mar", isto não tem do ponto de vista político substantivo nada de relevante, mas o que é certo é que do ponto de vista comunicacional é um bom golpe e tem resultados positivos em termos de comunicação. Beneficia o infractor. Não adianta um átomo ao nosso conhecimento da realidade, nem adianta um átomo à actividade política em geral, mas o que é certo é que se isto é uma infracção, é uma infracção que traz vantagens, porque é correspondida pela atenção por parte da comunicação social.

Em relação à substância da intervenção do Dr. Proença de Carvalho, com que estou genericamente de acordo, irei um pouco mais longe.

Em primeiro lugar, penso que houve uma revolução tecnológica nos meios de comunicação, que lhes dão um papel completamente novo na sociedade moderna. Desde o seu início, essa revolução chamou a atenção do mundo político para a possibilidade da utilização dos meios de comunicação social como complemento - chamemos-lhe assim, utilizando uma expressão datada dos anos vinte - de manipulação das massas. Não esqueçamos que quando a televisão, o cinema e a rádio apareceram, as grandes ditaduras do séc. XX tentaram utilizar estes

meios de comunicação para reforçar o controlo sobre a opinião pública, o "controlo sobre as massas". Tanto a Alemanha nazi como a Rússia de Estaline foram pioneiras na utilização dos meios de comunicação social modernos com esse objectivo; utilizaram o cinema e a rádio desde a sua origem e se a televisão tivesse estado à sua disposição desde muito cedo tê-la-iam utilizado, exactamente porque compreenderam o que hoje algumas pessoas tendem a esquecer-se, que é a possibilidade manipulativa da utilização dos meios de comunicação.

Pode dizer-se que esta capacidade manipulativa pelos regimes totalitários é um fenómeno do passado, mas eu não penso que assim seja. O potencial manipulativo está lá. Embora o que hoje acontece nas democracias seja algo de muito diferente, seria mau se a nossa meditação esquecesse os exemplos que temos tendência de arrumar no passado da utilização da rádio, do cinema, dos meios de comunicação e propaganda moderna pelas grandes ditaduras, que se caracterizavam essencialmente por serem ditaduras tecnológicas. Ou seja, a nossa análise sobre o nazismo ou sobre o estalinismo não pode esquecer que uma das razões porque estas são ditaduras típicas do século XX é porque utilizaram as tecnologias modernas e as revoluções tecnológicas ao seu alcance para melhorar a capacidade de manipular as massas.

Numa das grandes anti-utopias do nosso século, que é o "1984" de Orwell, a televisão era exactamente utilizada no seu duplo sentido: quer para transmitir a mensagem que se pretendia, quer para espiar quem via essa mensagem, na medida em que a televisão permitia também observar o interior das casas. Esta é uma metáfora sobre os riscos da utilização dos meios de comunicação social modernos e muita da meditação que nós temos que fazer sobre esta matéria não pode esquecer estas potencialidades, tanto mais que os meios de

comunicação homogeneizaram alguns aspectos da opinião pública. Nas democracias ocidentais existe uma aldeia global, ou seja, as agendas políticas, sociais, culturais e económicas são tanto quanto possível uniformizadas essencialmente pela televisão.

É preciso ter em conta que um dos elementos essenciais desta revolução tecnológica é que uma imagem televisiva não transporta somente informação num sentido quantitativo. Quem conhece a informática sabe que inserir uma sequência de vídeo num computador ocupa uma grande quantidade de espaço dentro dele, ou seja, existe uma grande quantidade de informação em meia dúzia de minutos de vídeo, mesmo que medida em termos meramente quantitativos, e que exerce, ou pode exercer, um efeito qualitativo.

Um exemplo recente são as imagens dos pilotos americanos capturados na Guerra do Golfo, mas também poderíamos recordar a Guerra do Vietname ou os acontecimentos da Somália. A transmissão dessas imagens na televisão não é um mero acto informativo, ou seja, não se passa através daquelas imagens apenas uma informação sobre algo que aconteceu num processo de confrontação militar, passa-se também um sentimento. A produção deste tipo de imagens é um mecanismo do próprio conflito militar, ou seja, é a utilização de um meio de comunicação para obter também resultados em termos de um conflito, que não é apenas informativo, mas de controlo sobre a opinião e sobre os sentimentos. Um acto de guerra.

Ora, aquilo que hoje essencialmente caracteriza os órgãos de comunicação social modernos não é apenas a transmissão da informação. A ideia de que a informação que circula tem a capacidade de ser utilizada pelos utilizadores de forma livre, melhorando a sua

capacidade de cidadania é, quanto a mim, uma ingenuidade pura. Os meios de comunicação social, em particular a televisão, transmitem-nos hoje essencialmente afectos, sentimentos, e os sentimentos são algo do mais manipulatório que há.

De facto, é possível hoje ganhar ou perder uma guerra pela apresentação de uma imagem televisiva particularmente desfavorável a quem é considerado o responsável por a ter produzido. Como sabem, isso aconteceu na Guerra do Vietname e na Nicarágua ou em São Salvador em que a opinião pública americana mudou, quando se viu os jornalistas serem mortos diante das câmaras de televisão. A profunda capacidade manipulativa actual, em particular na televisão, não é apenas através da transmissão pura e simples de informação, mas também através da capacidade que determinadas imagens têm de gerar afectos ou sentimentos. A interactividade de televisão assenta eventualmente aí.

É por isso que as matérias de comunicação são cruciais no debate político contemporâneo, mais importantes talvez do que quaisquer outras, e o seu tratamento é a coisa mais volátil que há. Nas democracias ocidentais, aqueles que têm directamente a ver com questões de comunicação e de informação manuseiam os materiais mais explosivos e voláteis possíveis. O certo é que a percepção pública de um acontecimento pode mudar de um dia para o outro em função de umas meras imagens televisivas.

O efeito da televisão e dos órgãos de comunicação nas sociedades ocidentais tem a ver com vários fenómenos. Por um lado, com a própria complexidade dessas sociedades, porque existe hoje uma pluralidade de opções, de gostos, de modos de vida, uma riqueza material que permitiu à maioria das pessoas aceder a uma cultura de

massas transmitida essencialmente pelos meios de comunicação social, aos quais uma parte substancial da população não tinha acesso há meia dúzia de décadas. Evidentemente, isso dissolveu grande parte da pluralidade cultural antiga, aquela que tinha origem ou na produção ou na situação de classes - utilizando uma terminologia de tipo marxista -, ou na diferenciação da educação, criando-se hoje uma globalização cultural de que a televisão em particular e os jornais em complemento são ao mesmo tempo o principal mecanismo de fusão e o principal mecanismo de alimentação.

A este peso e importância dos órgãos de comunicação social soma-se uma crise profunda dos mecanismos de representação política tradicional. Não penso que esta seja uma consequência directa da importância dos meios de comunicação social, não vejo que exista uma relação de causa-efeito, penso, sim, que as mesmas causas estão a dar origem a estes efeitos. Há hoje indubitavelmente uma crise da representação parlamentar; os parlamentos são actualmente instituições que não correspondem a muitas das características e das potencialidades da vida nas sociedades ocidentais modernas actuais. Têm um peso de retórica, têm um tempo lento de aproximação às questões, encontram-se muitas vezes ultrapassados pela especialização funcional dos executivos e, portanto, a instituição parlamentar é sem dúvida uma instituição que sobrevive muito dificilmente numa democracia mediática.

O mesmo acontece com os partidos, particularmente com aqueles que pretendiam tradicionalmente representar ou ideologias ou interesses de classe, os que se apresentavam como partidos de classe ou com forte identidade ideológica. Esses, que traduziam estas funções enquanto partidos de aparelho, encontram-se também numa situação de crise em

todas as sociedades ocidentais, como acontece com os sindicatos e com um conjunto de instituições de representação tradicional.

Esta crise do sistema de representação política tem a ver com vários factores, em primeiro lugar, com a aceleração do tempo real da vida política. Usando um exemplo português: a vida política local, nas pequenas terras, vivia ao ritmo da saída do jornal, que nalguns casos era o jornal paroquial ou ligado aos meios da igreja, que saía normalmente para os emigrantes e que dava notícias dos casamentos, das formaturas, de três ou quatro acontecimentos da terra. Este ritmo lento da vida política local, já para não discutir a vida política nacional, funcionou bem até há meia dúzia de anos, deixando de todo de funcionar com o aparecimento das rádios locais. As rádios locais produziram uma aceleração do tempo real na política da comunidade que não tinha paralelo com a vida anterior.

Por exemplo, as eleições para as juntas de freguesia tinham, pela primeira vez, um tratamento completamente distinto. Lembro-me das eleições de 1989, em que era quase preciso arrancar os candidatos a presidentes das juntas para irem a debates nas rádios locais, coisa que nunca lhes tinha passado pela cabeça terem que fazer. Esta realidade pressionou a escolha do pessoal político pela primeira vez de maneira muito distinta das anteriores eleições, na medida em que pela primeira vez foi preciso escolher candidatos a órgãos de poder local tão pequenos como as juntas de freguesia, em cujos méritos teria que passar também a capacidade de fazerem um debate numa rádio, critério nunca até então presente. Se se ganha ou se se perde com isto, é uma discussão a ter. A verdade é que o modo de escolha da representação política tinha que responder aos mecanismos da opinião publicitada e também em alguma parte aos mecanismos da opinião pública local,

mudança radical surgida nos últimos anos com o aparecimento dos órgãos de comunicação social.

Recordo um incidente muito característico desta mudança na vida política portuguesa: os acontecimentos à volta de um conflito sobre a exploração de uma pedreira de caulino no centro da vila de Barqueiros, no concelho de Barcelos, e que provocaram a morte de uma pessoa. Estes acontecimentos, há meia dúzia de anos, foram uma repetição dos que haviam ocorrido três ou quatro anos antes e que culminaram também com a morte de uma pessoa no mesmo sítio. O impacto nacional que ambas as situações tiveram foi completamente distinto, pela circunstância de anteriormente não haver rádios locais e, depois, haver. As rádios locais transmitiram o acontecido praticamente no mesmo dia, ouviram testemunhos, transformaram um evento a nível local, cuja génese de desenvolvimento e consequências tinham sido absolutamente idênticas poucos anos antes, numa notícia de dimensão nacional. Em conclusão, estávamos perante uma dimensão nova em que o tempo real da vida política conheceu uma considerável aceleração.

O que faz este tempo real aos mecanismos representativos? Torna-os muito difíceis de funcionar. Em primeiro lugar, porque o mecanismo de representação, pelas suas próprias características, precisa de um tempo de escape às pressões da opinião pública. A razão por que existe um espaço de quatro, cinco ou sete anos, conforme os governos, para a eleição de um representante era, na origem do pensamento democrático e como se vê nos debates da Constituição americana, essencialmente para fazer escapar os mecanismos da representação - e era por isso que não se vivia em democracia directa - às pressões da demagogia. Considerava-se que se alguém que tinha

sido escolhido como representante teria que responder permanentemente a um veredicto de quem o tinha escolhido. Nessas circunstâncias muito dificilmente esse alguém tomaria qualquer decisão impopular. As democracias parlamentares representativas e os executivos necessitavam de um tempo antes de responderem perante o eleitorado que os tinham escolhido, em grande parte para terem a possibilidade de tomarem as decisões políticas impopulares necessárias sem terem que de imediato responder perante a impopularidade dessas decisões. No debate da constituição americana delinea-se muito claramente esta necessidade. Ora, esta necessidade é posta em causa se o tempo real da vida política e as pressões sobre os representantes se fazem em tempo real dos acontecimentos. Isto gera aquilo a que o Dr. Proença de Carvalho chamou, e bem, a paralisia da decisão política, em particular naquilo que são decisões difíceis.

Se existe hoje uma tendência, quer pelas sondagens, quer pelo julgamento dos órgãos de comunicação social, para introduzir quotidianamente uma avaliação das decisões políticas tomadas, os agentes políticos vão responder perante o quotidiano imediato e não vão apenas seguir o ciclo político normal, ou seja, nos primeiros anos tomar as decisões difíceis e, nos últimos, tomar as decisões que são eficazes eleitoralmente. É o que em todas as democracias os governos democráticos fazem. Podemos condená-los por tomar as mais fáceis no fim, mas a verdade é que eu dou de barato que o façam, se houver possibilidade de tomar as mais difíceis no princípio; é assim que funcionam os sistemas democráticos. Ora, se isto deixa de acontecer, o sistema democrático passa a ser um sistema demagógico (no seu sentido etimológico original, não no sentido depreciativo global).

Os clássicos da democracia perceberam desde o início que a demagogia e a democracia eram irmãs gêmeas e que só se arrancava a democracia da demagogia se se introduzissem instrumentos de mediação. A prevalência dos *media* e do seu poder sobre a opinião pública evidencia a necessidade de mediação que é a necessidade de um tempo de decisão, a ser salvaguardado. Essa mediação tem que ser "discreta" - os órgãos de comunicação social, consideram que hoje tudo deve ser público, numa ideia de transparência levada até à sua última consequência, contra a qual eu me coloco. Discordo desta atitude porque não é possível tomar decisões, particularmente as que devem ser salvaguardadas da pressão pública (não falo dos segredos de Estado, que são outra questão), sem haver um período de discrição que o garanta. É o que acontece nos concursos públicos e num conjunto de outras decisões que necessitam não só de tempo como de discrição que proteja a decisão durante esse tempo.

A ideia de que os jornais e as pessoas devem saber tudo à medida que as coisas se estão a fazer pode parecer, do ponto de vista dos cidadãos, um reforço de cidadania, mas tem um custo em termos do sistema político, que é a cada vez maior dificuldade de tomar decisões livres da pressão popular. E, em muitos casos, a pressão popular não é verdadeiramente a pressão popular, mas a de quem tem instrumentos de acesso mais simples aos meios de comunicação social para exercer pressão através deles - em muitos casos os grupos económicos.

A capacidade que os jornais têm de se auto-criticarem em relação aos seus próprios donos é pequena. Não é preciso ir muito longe - factos recentes mostram que os órgãos de comunicação social e os jornalistas não têm grande capacidade para se distanciarem dos donos dos próprios jornais, o que é compreensível, pois ninguém paga uma

coisa que se vira contra si. Assim, o problema da posse e da propriedade dos meios de comunicação social vai-se tornando cada vez mais importante. Discute-se muito o problema do financiamento dos partidos políticos, sem dúvida relevante nas sociedades contemporâneas mas, tão importante, ou talvez mais, como este, em função dos poderes reais circulantes na sociedade, é o problema da posse dos meios de comunicação social, ou seja, quem tem capacidade, através dos mecanismos de posse, de decidir a linha editorial não no sentido positivo, mas a linha editorial no sentido negativo, ou seja, aquilo que não se publica.

Também não penso - e aqui estou de acordo com o António Barreto e provavelmente também com o Dr. Proença de Carvalho - que estes novos problemas gerados pela prevalência dos media nas sociedades modernas tenham resolução através de legislação. Penso que, pelo contrário, a pior maneira de defrontar estas questões é pela via administrativa ou pela via jurídica.

O problema de legitimidade, neste caso, é intrinsecamente político, de legitimidade democrática, não jurídica, ou seja, saber se em termos das opções democráticas a sociedade que nós estamos a criar é uma sociedade mais democrática ou uma sociedade mais demagógica; saber se é uma sociedade mais dependente de mecanismos sem dúvida precários, necessitados de vigilância permanente, mas que introduzem uma distanciação entre a opinião comum e a capacidade de decisão, ou se, pelo contrário, caminhamos no sentido de uma democracia directa e de um mau governo. Para mim, este é que é o risco; o que os órgãos de comunicação social e esta revolução tecnológica estão a criar nas sociedades ocidentais é uma grande oportunidade para o reforço dos

mecanismos de democracia directa e para uma degradação da qualidade da governação.

Não é por acaso que nas últimas eleições americanas se levantou o problema da democracia electrónica, assunto tratado como um "fait divers", mas que eu penso que não é. Percebo perfeitamente que seja lógico que um dia os cidadãos perguntem: mas porque razão é que eu não posso ter agregado ao meu televisor a possibilidade de decidir as opiniões dos políticos, votando sobre todas as matérias, todos os dias e a qualquer hora? Até agora, podia-se argumentar quanto à democracia directa, dizendo que ela é impossível nas grandes sociedades modernas, que era só concebível na cidade grega ou na Comuna de Paris ou em pequenos grupos sociais. Mas hoje não, hoje a democracia directa é possível nas sociedades contemporâneas, uma vez que há meios tecnológicos que o permitem. E, de facto, o ideal para que empurram todos estes mecanismos mesmo inconscientemente é para o ideal da democracia directa.

Se os jornais e as televisões transmitem teoricamente tudo o que acontece, à medida que acontece, o problema põe-se na selecção do que eles transmitem. Mas há que saber até que ponto os jornais transmitem informação ou opinião. Pessoalmente, tenho levantado muitas vezes o problema de que cada vez mais hoje eles são jornais de opinião e não de informação. Efectivamente, não penso que os cidadãos estejam hoje melhor informados do que dantes, pelo contrário, a prevalência da expressão opinativa dos jornalistas é altamente selectiva da informação que chega ou podia chegar aos cidadãos.

Pode-se sempre debater se há objectividade de informação, mesmo estando todos de acordo que é muito difícil definir o que é a

objectividade de informação. Mas uma coisa eu sei o que é - é a vontade de dar informação objectiva, de se limitar aos factos e relatá-los com verdade, isso eu sei! Trata-se de, tanto quanto possível, fornecer às pessoas os dados para julgarem sobre uma matéria e estamos todos de acordo que a maioria dos jornais actualmente não faz isso. A maioria dos jornais hoje oferece em grande parte artigos assinados ou não em que jornalistas transmitem factos e os interpretam ao mesmo tempo. E, quando isso não acontece, não custa nada ver que sobre esses factos os jornalistas têm opinião, na medida em que em muitos casos os jornais hoje têm colunas de opinião dos próprios jornalistas, em que é possível ver o que eles pensam sobre o que próprio jornal noticia e, nalguns casos, é notória a pequena distanciação entre aquilo que eles pensam e a forma como as notícias são dadas, através dos títulos, através do conteúdo...

Não penso - e aqui também me distingo do António Barreto - que hoje as pessoas estejam melhor informadas. Bem pelo contrário, basta pensar nas informações que são relevantes para o conhecimento da coisa pública que não são dadas pelos jornais, ou que são dadas de uma forma tão pequena que passam completamente despercebidas. Evidentemente que os jornalistas respondem que são os critérios jornalísticos. Pois sim, mas o problema reside em saber se os critérios jornalísticos, na medida em que são critérios de opinião, não põem em causa o direito das pessoas de terem acesso a informações que seriam relevantes para o conhecimento e para a sua capacidade de decisão.

Encontramos a mesma questão em relação ao voto. O voto, até há pouco tempo em Portugal, fazia-se pelo modelo do Senhor Joãozinho das Perdizes. Mais ou menos elaborado, aquele era o modelo, ou seja, os mecanismos clientelares, particularmente a nível local, tinham um

peso importante nas votações. O que é certo é que o mecanismo do patrocínio, os mecanismos clientelares, exerciam e exercem ainda em parte, por exemplo nas eleições locais, peso importante sobre o comportamento dos cidadãos. Nos nossos dias, esta situação mudou com os *media* que controlam a gestão das expectativas. Assim as decisões de voto dependem em grande parte deles, não digo de todo, porque de facto aqui ainda não coincidem inteiramente a opinião pública e a opinião publicitada. Mas cada vez mais.

Uma das coisas mais engraçadas de ver é a irritação interior profunda dos jornais quando os resultados eleitorais não correspondem àquilo que andaram a dizer três meses antes, durante o processo eleitoral. Percebe-se que há ali qualquer coisa que provocou uma enorme irritação, que é, no fundo, porque é que os Portugueses não votaram como os jornais diziam que iam votar. Às vezes, isso torna-se transparente, porque os jornais dão classificações às campanhas e é possível ver, assim, qual foi o seu entendimento qualitativo.

É por isto que os meios de acção dos políticos são cada vez mais tecnologicamente tão ultrapassados, a sua dependência dos meios de comunicação social modernos é tanta que moldam efectivamente a própria actividade política aos mecanismos comunicacionais e isso traduz-se por um profundo empobrecimento da actividade política. O António Barreto referiu - dizendo, aliás, algo que eu acho que não corresponde à realidade - que os políticos querem um estatuto privilegiado em relação, por exemplo, ao direito de privacidade. Isso é falso! Bem pelo contrário, o que hoje existe é a pressão pública para que os políticos sejam uma espécie de cidadãos de segunda, com direitos diminuídos em relação aos outros cidadãos no que diz respeito à defesa da privacidade. Isto tem um enorme efeito também sobre o

perfil dos políticos, que cada vez mais tem uma grande parte de superficialidade. É um perfil feito para corresponder às necessidades comunicativas: a família, a esposa, a vida própria... Acaba por ser perversamente o triunfo das ideias mais conservadoras sobre a vida pessoal. Isso vê-se nas eleições americanas, mas também se vê cada vez mais nas eleições europeias. Os jornais apresentam-se frequentemente como sendo uma força de progresso e muitos jornalistas nunca admitiriam este papel conservador mas, na prática, os jornais têm um papel profundamente conservador na criação das imagens e dos rituais da vida pública, culpabilizando e penalizando o seu desvio.

Para terminar, o principal problema consiste no facto de estarmos ou não a substituir uma república democrática por uma república demagógica, em que a opinião pública produzida e expressa pelos media pesará progressivamente mais, introduzindo uma perda de qualidade acentuada nos mecanismos de representação política. Para mim, isto conduz directamente ao mau governo, ao pior governo, conduz a uma degradação do exercício da função governativa e a uma perda de qualidade da democracia, sem se traduzir por nenhum aumento da capacidade de cidadania da maioria das pessoas.

Muito Obrigado.

Prof. Doutor Afonso de Barros

Professor do Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa

Achei muito interessante e extremamente actual escolher o tema da educação e dos meios de comunicação social para este Colóquio. Devo dizer que nesta sessão, que teve por título *Os Meios de Comunicação Social nas Sociedades Modernas*, fiquei um pouco surpreendido por se ter tratado o problema dos meios de comunicação à revelia do problema da educação. A minha expectativa era que houvesse um cruzamento entre estes dois aspectos, porque, na verdade, o que se vive hoje na educação dos cidadãos é a intervenção de uma pluralidade de sistemas e de instituições.

O sistema educativo, no fundo relativamente recente, acompanha o nosso século. No final do século, o sistema de informação vem adquirir uma importância muito grande, não apenas na informação, mas também na educação. E como é que se conjugam ou se desconjugam estes dois sistemas, o de educação e o de comunicação? Prefiro aliás, falar no sistema de ensino e não no sistema de educação, porque me parece que a questão da educação tem a ver justamente com o sistema de informação e com outras instituições que têm uma importância não substancialmente diminuída como, por exemplo, a família. Esta última mantém um papel extremamente importante como sistema de socialização.

Ora bem, o que eu pretendia, muito brevemente, era deixar um apontamento no sentido de uma reflexão que me parecia necessária, de facto, entre o sistema de ensino e o sistema de comunicação, em aspectos como o informar, o transmitir, o adquirir conhecimentos, a

questão do significado e, por último, a questão geral da socialização-aculturação dos cidadãos.

Muito Obrigado.

Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Muito obrigado ao Professor Afonso de Barros.

Faço apenas um pequeno esclarecimento - a ideia deste seminário está expressa e consubstanciada no conjunto das quatro sessões. O objectivo da primeira sessão, para a qual nós convidámos o Dr. Daniel Proença de Carvalho, o Doutor António Barreto e o Dr. Pacheco Pereira, não era - como não foi - o de tratar o problema da comunicação social na sua articulação com a educação ou a educação com os meios de comunicação social mas, sim, o de tratar os meios de comunicação social nas sociedades modernas, sem o ligar ao problema da educação. Isso é o que faremos na sessão da tarde.

A ideia para esta sessão foi a de enquadrar globalmente o problema. Pretendíamos com ela que sobretudo nós, as pessoas da educação, ficássemos com uma ideia dos meios de comunicação social e da sua influência nas sociedades modernas, ideia essa transmitida através de alguém que está fora do sistema de ensino e do sistema educativo, como são estes nossos três convidados, que não têm propriamente funções específicas e que não estão aqui na sua qualidade eventual de professores ou de investigadores em matérias educativas.

Dr. Joaquim Simões Redinha*Inspector de Educação*

Bom, eu praticamente estava para prescindir da minha pergunta, porque ela ia um pouco no sentido da intervenção anterior. No entanto, gostava de frisar o seguinte: é que os meios de comunicação social, que têm sido o objecto fundamental das intervenções desta sessão, não são mais do que um canal, um meio, como o próprio termo diz.

Em determinada altura, suponho que na intervenção do Dr. Daniel Proença de Carvalho, pareceu-me que havia algo de contraditório porque, em primeiro lugar, parece ter afirmado que a comunicação social pretendia substituir-se à escola e à família, e suponho que utilizou inclusive o termo "insidiosamente". Depois, mais à frente, referiu que "quanto mais comunicação, melhores cidadãos". Suponho que há talvez aqui qualquer contradição e penso que, efectivamente, tanto neste debate como nos que se vão seguir, nos devíamos ter preocupado um pouco mais não propriamente em abordar o problema da comunicação e da educação, mas em não nos termos alheado totalmente dele.

A pergunta que eu formulo é esta: então quais são, de facto, os detentores do poder, falando já em termos gerais? A comunicação não é, porque se trata de um canal e há um emissor e um receptor. Infelizmente este canal tem praticamente um sentido único e aí é que reside o perigo. Havendo um emissor, penso que será ele o poder, mas onde é que ele estará realmente? Para mim isso não ficou claro, ao longo destas intervenções. Serão os profissionais da comunicação?

Todos sabemos que a comunicação é sempre educação. Gostaria de referir que educação em sentido lato é algo diferente da educação-formação porque, quando a pessoa está formada, não há qualquer problema em que os meios de comunicação usem frequentemente os paralogismos em vez de silogismos. É isso que fazem os políticos ou todos os empresários que pretendem vender o Tide ou qualquer outra coisa. Eles estão a educar, pois pretendem o objectivo de "conduzir a", de conduzir à venda de um produto ou de conduzir, inclusivamente, a que o cidadão vote em A, B ou C. Para isso, utilizam-se com frequência paralogismos em vez de silogismos, ou seja, tiram-se conclusões que aparentemente estão correctas, mas que partiram de premissas falsas. Só o cidadão que está formado identifica este sistema e, então, o objectivo fundamental do país reside não na educação em sentido lato, mas sim na educação em sentido restrito, no formar o cidadão.

Aí, que serviço está a prestar à comunicação? Essa é uma segunda pergunta básica central, que será provavelmente mais própria para a sessão da tarde. Que espaço providencia a comunicação social para apoiar o esforço que o país tem que fazer na tal formação do cidadão, objectivo de todos nós? Penso que este é um problema básico e era esta exactamente a questão que eu queria deixar bem expressa. Não me parece que tenha sido clarificada a situação da comunicação social perante o cidadão em geral. Para mim, que sou da educação, isso não apresenta grandes problemas nem me preocupa muito, porque acredito que logo que o cidadão esteja formado, a comunicação social pode ser de qualquer forma; morrerá se não for boa, sobreviverá se for correcta.

Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Muito obrigado, Senhor Doutor. Não me parece que a sua pergunta deva ser colocada só na sessão da tarde. Penso que se dirige muito bem a cada um dos nossos três convidados que, como políticos e como "opinion makers", têm certamente uma resposta a dar.

Dr. José Baltazar

Professor de Iniciação ao Jornalismo na Escola Secundária nº1 do Montijo

O título da comunicação do Doutor Daniel Proença de Carvalho foi **Os Meios de Comunicação Social nas Sociedades Modernas**. Não sei se certa ou erradamente, ouvi-a sempre como se ela tivesse outro tema, que é o das relações entre a política e os meios de comunicação social. Não sei se bem, se mal, foi esta a leitura que fiz.

O tema das relações entre a política e a comunicação social tem um história longa, que é um pouco triste para o lado da política. Verificamos que o aparelho político sempre inventou processos de controlar, se não mesmo manietar, os meios de comunicação social. Desde sempre, a comunicação social surgiu como suspeita à classe política dominante, que apenas desejou utilizar em seu favor esse seu poder suspeito. Digamos que a liberdade de expressão foi uma conquista e uma imposição dos mediadores contra a vontade da classe política.

Assim, pergunto: de que lugar é que se faz a crítica do Doutor Daniel Proença de Carvalho? Podia pensar que seria do próprio lugar dos meios de comunicação social, porque ao longo da sua história temos visto que eles são suficientemente heterogéneos para proferir uma auto-crítica - e já o têm feito. Em vários momentos houve homens na comunicação social capazes de denunciar os seus aspectos negativos e de inverter tendências, dignificando-a deontológica e funcionalmente. Ou devo perguntar se é do lado político que se faz essa crítica? Nesse caso, interrogo se estamos apenas perante uma reedição da incorrecta atitude para com os media que sempre, ou quase sempre, o poder político teve.

Parece-me que estas perguntas enfermam do mesmo pressuposto da intervenção, que é a "estagnidade" das duas áreas. Pareceu-me que havia esse pressuposto e nas minhas próprias palavras noto que estou também a incorrer nesse erro porque, perguntando de que lugar, parece que há um e outro lugar e que eles não se misturam. Concluindo, sou de opinião que essa estagnidade não existe e penso que os problemas que foram focados derivam muito mais da promiscuidade dos dois níveis, penso que eles derivam da parte política dos media ou - não sei se deva dizer - da parte mediática da política.

Prof. Doutor José Esteves Rei

Director do Curso de Ciências da Comunicação do Instituto Erasmus de Ensino Superior

Pegando nas duas últimas intervenções, gostaria de recuar um pouco e lembrar que, de facto, o fenómeno da comunicação é bastante

recente. Numa altura em que o poder, os valores e os oficientes de ambos estavam casados, isto é, no *antigo regime*, o problema da comunicação, tal como hoje o conhecemos, não existia.

Assim sendo, como recente que é e dado o modo como actualmente se planta, lembraria que ela depende de quatro actores: os políticos, os jornalistas, mas também os empresários - que foram muito bem mencionados anteriormente - e, sobretudo, o público. Diria que os menos tratados em termos de comentários, de observação e até de objecto da própria comunicação, são os empresários e o público e não sei se não serão os mais activos, os mais interventores, aqueles que motivam mais a própria comunicação.

Daí, a minha questão é a seguinte: quem forma cada um dos actores e segundo que políticas, normas ou código?

Dr^a Estrela Carvalho

Professora da Escola Secundária de Alenquer

Quando o Doutor Pacheco Pereira falou em como as ditaduras ocidentais manipularam a informação, parece-me que se esqueceu de dizer que as democracias também o fizeram. Muito recentemente, temos o período entre as Guerras e temos agora o problema da Guerra do Golfo. Na realidade, há manipulação informativa, porque existem imagens intencionais dirigidas a um consumidor desprevenido.

Penso que quando se falou em poder, ambigualmente se esqueceram de dizer que há uma clivagem latente e evidente entre o poder político visível e o poder político submerso, subordinado à

pressão dos grupos económicos. Neste momento, penso que os grupos económicos sentem o grande peso da informação e, através de técnicas de comunicação, têm tido grande poder na sociedade portuguesa. Isto terá necessariamente o preço do sistema social.

Outra questão que eu queria levantar era a da cultura de massas. Desde 1967 que esta questão tem vindo a ser discutida, principalmente pelos americanos e pelos franceses. A televisão, a comunicação social, é ou proporciona uma cultura de massas? Ou apenas o é porque oferece a sua comunicação a todos, sem que por estes sejam consumidos?

Dr. António Ponces de Carvalho

Director da Escola Superior de Educação João de Deus

O problema que eu queria colocar era o da transmissão de valores. Que valores é que nós estamos a transmitir à nossa população? Que valores é que nós estamos a transmitir às nossas comunidades mais isoladas no interior do país? Vemos a televisão passar toda uma série de telenovelas brasileiras e de filmes americanos, sem realmente trabalharmos para manter um conjunto de valores nacionais, que são cada vez mais importantes quando nos estamos a integrar na Comunidade Europeia. Que é feito da cultura portuguesa?

Dr^a Maria João Boléo Tomé

Representante do Partido do Centro Democrático Social (CDS) no Conselho Nacional de Educação

Gostei muito de ouvir todas as intervenções, nomeadamente a do Dr. Proença de Carvalho e muito particularmente o comentário do Doutor António Barreto. Gostei um bocadinho menos do Dr. Pacheco Pereira, a quem peço desculpa, mas "cheirou-me" a campanha eleitoral para as autárquicas de uma das cores das flores que estão na mesa. Por isso é que quando as Associações de Pais organizam alguma sessão pública colocam sempre na mesa flores de muitas cores, para não haver a possibilidade de as pessoas se reverem nelas.

Mas, passando à frente... A comunicação social não se substitui à família, mas, insidiosamente ou não, ninguém pode contestar que a televisão tem um papel de "baby-sitter", a mais barata de que as famílias dispõem. Eu sou contra o controlo, pois estamos num regime de democracia e de liberdade, mas penso que, mesmo sem outras leis e apelando só à Constituição da República, se deve considerar a protecção dos menores. Os jornalistas e os directores de produção deveriam pensar nisso, pois se a televisão é efectivamente uma "baby-sitter", quer se goste, quer não, então ela tem que ter algum cuidado durante as horas em que exerce essa função.

É só. Muito obrigada.

Dr^a Estrela Serrano

Professora de Comunicação Social na Escola Superior de Comunicação Social e Assessora de Comunicação Social do Presidente da República

Em primeiro lugar, queria dizer que os oradores tocaram praticamente em todos os aspectos fundamentais para o debate desta questão e penso que, no fim, haverá alguém que fará a sua síntese, pois é preciso relacioná-los.

Queria pegar numa das afirmações do Dr. Pacheco Pereira, fundamental em relação a este problema, que é o modo de financiamento dos órgãos de comunicação social. Este parece-me ser o cerne da questão, porque vivemos numa sociedade de consumo, numa democracia ocidental na plena acepção da palavra, onde impera a lei do mercado, a livre concorrência, que se aplica a todos os aspectos e a todas as instituições e, sobretudo, a todos os órgãos de comunicação social.

A concorrência relaciona-se com a educação e com os professores, porque as televisões, jornais e rádios transmitem e mostram aquilo que o público quer para poderem responder à chamada guerra das audiências. Ora, as audiências são o público, os jovens, os velhos, os adultos, todos aqueles que os professores formam. Portanto, no fundo, o que nós questionamos com todas as perguntas que foram feitas e com tudo aquilo que o Dr. Pacheco Pereira disse, é a própria sociedade que estamos a construir, questionamos as democracias ocidentais e as economias de mercado.

A comunicação social em geral e os canais de televisão, inclusivamente a televisão pública, são financiados pelo poder

económico e pela publicidade, que só investe onde há audiências. E o que é que querem as nossas audiências? O que é que o público português quer das televisões? Se analisarmos os estudos de audiências e os gráficos, verificamos que os picos de audiência se encontram nas telenovelas, na "Marina, Marina", no Herman José, na Catarina Furtado com o seu programa da SIC, enfim, não estão nos programas formativos, na Universidade Aberta, nos programas de teatro e nos culturais.

Isto significa que o público que estamos a formar talvez não seja exactamente o público que gostaríamos de formar, e isso passa pela educação - que tipo de programas, que tipo de ensino - e por um outro aspecto fundamental referido pelo António Barreto, que é a formação dos jornalistas. O sindicato dos jornalistas fez aproximadamente há dois anos um inquérito sobre o "currículum" profissional e a formação escolar dos jornalistas. Tive acesso a esse estudo e devo dizer que os resultados são deprimentes, porque, de facto, muitos dos jornalistas que estão hoje em dia a trabalhar fizeram a tarimba no próprio órgão de comunicação social onde trabalham e fizeram-se a si próprios. Pelas funções que exerço como assessora de comunicação social do Presidente da República sou obrigada a trabalhar com muitos jornalistas e fico estupefacta com perguntas que me são feitas e coisas que se passam. Portanto, é importante sabermos que tipo de ensino de jornalismo e de comunicação social é que vamos fazer.

Dr. Vítor M. Reis Baptista

*Professor da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve
- Responsável pela área de Tecnologia e Comunicação Educativa*

Achei bastante curiosa a percepção de uma das intervenientes anteriores de que o comentário do Doutor Pacheco Pereira "cheirava" um bocadinho a campanha para as autárquicas. Acho isso muito interessante porque, efectivamente, embora não tenha sido colocada a nota dominante nesses aspectos, parece-me que uma das características mais sintomáticas da sociedade moderna actual e dos media é o facto de não mais conseguirmos dissociar coisas de coisas, ou seja, tudo é a mesma coisa.

Decididamente, o Doutor Pacheco Pereira e o Doutor António Barreto foram investidos na qualidade de Comentador-Mor do Reino e, portanto, quer às terças à noite, quer neste seminário, são ouvidos com estas expectativas. Se por um lado é relativamente fácil associar o Doutor António Barreto à situação de reformado da política, nas suas próprias palavras, é um bocado mais difícil fazer essa associação com o Doutor Pacheco Pereira, que ainda se mantém no activo. Como disse, este facto condiciona todo e qualquer comentário, quer seja feito terça à noite, quer seja feito num auditório perante uma assembleia relativamente preparada para a discussão deste tema.

Numa perspectiva mais global, também me parece relativamente difícil que o espectador comum faça qualquer distinção deste tipo, ou seja, os dados do jogo estão permanentemente a ser viciados e muito dificilmente nos apercebemos de onde é que está a batota. Ela reside em vários momentos do jogo, reside nas diferentes mangas dos jogadores

e é muito difícil termos noção de onde é que está exactamente o trunfo escondido. É um facto, e isto provavelmente deverá ser colocado nas outras sessões deste seminário, que a educação poderá ter um papel importantíssimo na formação dos cidadãos capazes de detectar a batota.

Termino dizendo que me pareceu por outro lado, e na sequência da intervenção do Doutor Proença de Carvalho, que seria relativamente óbvio propor a criação de uma sociedade protectora dos políticos, que os defendesse das maldadezinhas ou dos maus-tratos que os meios de comunicação social lhes vão fazendo. O Doutor não propôs isto, mas pareceu-me relativamente lógico. O que a mim me parece provavelmente necessário é criar uma sociedade protectora do espaço comunicativo virgem, ou do espaço comunicativo público, porque sendo nós uma nação que assume a necessidade de serviço público de comunicação, não temos nenhuns mecanismos reais para assegurar a gestão desse espaço.

Miguel Sousa Lobo

Representante das Associações de Estudantes do Ensino Superior no Conselho Nacional de Educação

Gostaria de expressar uma opinião pessoal. Penso que, se tem havido algum excesso na actividade de controlo e na agressividade dos media ou da comunicação social em relação ao poder político, isso se deve em grande parte à falta de responsabilização política que existe na nossa cultura. Ou seja, eu penso que existe uma resposta natural dos jornalistas perante casos consecutivos de impunidade, que se traduz num exagerar das críticas e das imputações, procurando assim

estabelecer algum tipo de equilíbrio. Esta reacção é extremamente perigosa, porque leva a uma espiral consecutiva de excesso das críticas por parte dos jornalistas, que conduz ao seu banalizar e, ainda mais, ao promover dessa impunidade. Gostava de saber a opinião dos comunicadores sobre esta realidade.

Comentando uma parte da intervenção do Doutor Proença de Carvalho - realmente estou de acordo que os países europeus precisam de liberalizar o mercado laboral, reduzir o aparelho de Estado, reduzir as despesas sociais e alterar a sua função, passando de um Estado de providência para uma função de rede básica de segurança e de apoio ao desenvolvimento e daí continuar a ser necessário um investimento muito grande em educação. Mas se isto tudo não está na agenda política destes países, não culpem a comunicação social! Culpem os políticos, porque eles é que fazem a agenda política dos países! Há vários países no mundo que foram capazes de alterar essa sua agenda e isso, em geral, parte dos políticos, de onde deve partir, e não da comunicação social.

Quanto ao Deputado Pacheco Pereira, fico sem saber como lhe responder, porque ele critica a comunicação social, faz de certa forma a profecia da desgraça, mas nunca chega a apresentar uma solução. Sinto uma certa solução que fica implícita, mas que nunca chega a ser defendida explicitamente e que é o maior controlo da comunicação social por algum poder eleito. Acho que esta, sim, seria a desgraça, algo de extremamente perigoso para a nossa sociedade, porque um poder eleito implica sempre de alguma forma poder político e classe política. Obrigado.

Doutor António Barreto

Começo por fazer justiça ao Pacheco Pereira, pois sinceramente não acho que ele tenha estado em serviço de zelo às eleições autárquicas. Ele acusou de ingenuidade aqueles que acreditam numa comunicação social virgem, não empenhada, sem opinião, no que tem razão. Ora justamente, e para falar de autárquicas, é no partido político maioritário a que ele pertence que os seus mais importantes representantes fazem há algumas semanas a apologia da comunicação social neutra, que possibilite o jogo limpo. O facto do Pacheco Pereira considerar que isso é uma ingenuidade é um ponto de vista absolutamente contrário ao dos dirigentes da sua associação política e, por conseguinte, temos que lhe fazer justiça.

Um dos intervenientes mencionou a batota. Eu não creio que haja batota; há, sim, duplicidades, ou duplicações. Uma ou outra intervenção mencionou o carácter estanque ou não-estanque entre os dois lugares - o do político ou do empresário, e o do profissional da comunicação. De facto, não são nem profissões nem actividades estanques. A minha convicção, apesar das aparências contemporâneas, é de que os lugares estão hoje um pouco mais separados do que estavam há cem anos.

Oponho-me às opiniões do Pacheco Pereira, quando denuncia que a informação hoje é demasiado opinativa. É-o, realmente, mas tenho em minha casa jornais do século XIX, por exemplo, que eram fundamentalmente opinativos, políticos. Aliás, num seu texto famoso, Max Weber refere-se frequentemente, e às vezes até indiferentemente, a

políticos e jornalistas, como se constituíssem em certos aspectos quase a mesma profissão.

Actualmente, apesar de não serem lugares estanques, apesar de haver uma passagem muito fácil entre a política e a comunicação, entre cultura, economia e comunicação social, a autonomização da actividade, do sector, da profissão, teve um resultado positivo, que foi o de separar um pouco mais os lugares. Serem estanques, isso não é possível.

Vários dos intervenientes do público mencionaram, directa ou indirectamente, a questão da cultura de massas, estreitamente relacionada com a televisão. Há quem associe (eu, só por metáfora) a relação da televisão com a cultura à relação do voto com a política. As concepções aristocráticas defendiam uma muito maior dignidade da política, da política não submetida ao voto, à demagogia, ao oportunismo e ao controlo eleitoral, o que lhe dava uma maior qualidade ou maior rigor. Não vou exprimir-me sobre esse assunto mas, admitindo que há transformação das actividades elitistas ou aristocráticas em actividades de massas, tanto na política como na cultura, é evidente que se admite que há um fenómeno de degradação de um certo tipo de qualidades, o que acontece na cultura de massas e na televisão.

Devo dizer que não gosto nada da sociedade de comunicação plena e absoluta, por causa de todos os elementos exagerados da cultura de massa de que falámos. Mencionou-se que a televisão era a "baby-sitter" da família, implicando que algumas das relações humanas ou de convívio dentro da família, ou até a relação com o livro, com a música, com o espectáculo, com a fala e com a conversa, que tudo isso pode

conhecer fenómenos de degradação, dada a cultura de massas e a televisão. É inevitável que muito se perca e eu digo simplesmente que acho horroroso. Tal como a política de massas, tal como a cultura de massas, há perda de qualidade ou perda de rigor ou caricatura, ou metáfora, ou manipulação, mas é inevitável, gostemos ou não.

Finalmente, vários dos intervenientes, incluindo a Mesa, mencionaram a capacidade manipulativa. Vamos ser honestos: a comunicação tem uma enorme capacidade manipulativa e o poder político também! O Pacheco Pereira atribuiu-me o pensamento de que os jornalistas recusam a política-espectáculo, mas eu nunca disse isso! Antes pelo contrário, os jornalistas são responsáveis pelo menos por metade dessa política.

A capacidade manipulativa da política foi fantásticamente revelada por quem disse, com saudades dos bons velhos tempos, que a primeira metade dos mandatos era para fazer as coisas más e a segunda metade para fazer as coisas boas. Isto também é capacidade manipulativa... Não me vou exprimir contra ou a favor, era assim. Entretanto, as potencialidades e as modalidades de manipulação alteraram-se e houve esta coisa fantástica que foi a democratização da manipulação e das capacidades manipulativas.

Dr. José Pacheco Pereira

É evidente que nunca me passou pela cabeça vir a este seminário fazer propaganda para as eleições autárquicas, mas enfim... Está-se a gerar uma ideia, que eu classifico de negativa, que é considerar o discurso de uma pessoa que exerce funções políticas necessariamente

diminuído por isso como se houvesse uma intenção implícita de logro. A consequência é não se quererem ouvir os argumentos. Este é um resultado directo de uma concepção da política como actividade menor e isso, quer se queira, quer não, independentemente de ser um juízo sobre mim - pois podia ser sobre outra pessoa qualquer -, não é bom em democracia. Acho que se deve distinguir o mérito individual de cada pessoa naquilo que diz, e não se deve propriamente fazer um julgamento de valor diminuindo as suas palavras, porque ela tem uma actividade política que, tanto quanto eu saiba, foi o que resultou do 25 de Abril e é sinal da liberdade.

Eu emito as minhas opiniões com a mesma liberdade com que sempre emiti. Algumas delas são políticas, mas não necessariamente todas, ou seja, se eu cuidasse apenas do mérito político de algumas opiniões, provavelmente não me pronunciaria tanto sobre os órgãos de comunicação social, que é matéria que qualquer político com um mínimo de vontade de auto-preservação não faz nos tempos que correm. Eu nunca tive essa auto-preservação, esse cuidado: pelo contrário, até tenho sido dos primeiros a levantar estas questões e tenho-o feito sempre consistentemente, porque penso que este é um problema de fundo nas sociedades democráticas. Hei-de sempre dizê-lo.

Qual é o problema de fundo? É que, realmente, quer queiramos, quer não, a qualidade do governo de todas as democracias está a diminuir. O António Barreto explicará que isso acontece porque os cidadãos são mais exigentes e há conseqüentemente um maior controlo sobre a actividade política. É verdade, em parte, e essa parte do controlo que efectivamente diminui os abusos do político é benvinda. Nunca me viram protestar contra um político que é metido na cadeia

porque fez uma fraude. Acho muito bem! Todos os jornais que metam políticos na cadeia porque fizeram fraudes, ou que denunciem actos de prepotência ou de abuso de poder, têm o meu inteiro apoio.

Mas o problema não é esse. A questão assenta numa pergunta que foi formulada várias vezes: quem é que tem o poder? Onde é que está o poder? A primeira das ilusões é pensar que o poder mediático não é ele próprio um poder político, em muitos casos fruto da promiscuidade entre actividade política e actividade jornalística, que começa frequentemente na origem da própria linha editorial dos jornais. Não me venham dizer que hoje não há órgãos de comunicação social que objectivamente conduzem à cabeça desde início uma actividade política muito mais eficaz do que a dos políticos... Eu afirmo-o constantemente; faço actividade política de uma forma completamente antiquada, e mesmo assim tenho suficiente acesso aos media para não me poder queixar. Se eu abandonasse o meu cargo de deputado e fosse para director ou redactor de um jornal, fazia exactamente a mesma coisa que antes fazia, mas de uma forma muito mais eficaz. Esse é que é o problema do poder, que reside numa promiscuidade directa entre uma actividade pensada segundo o ritmo, as formas, os objectivos e o "timing" dos políticos, que se apresenta em muitos casos como actividade jornalística disfarçada dessa intenção.

Debrucemo-nos sobre a questão do poder económico. A grande maioria dos órgãos de comunicação social portugueses (ponhamos de parte o sistema comunicacional do Estado, que hoje existe essencialmente na televisão e na rádio) dão prejuízo e, portanto, têm que ser pagos por alguém, que o público não o faz. Temos que nos perguntar porque razão é que os seus donos os pagam. Normalmente,

argumenta-se com os mecanismos de prestígio dos grupos económicos, mas não é apenas por isso. É por que daí tiram vantagem.

Estamos a falar essencialmente das questões políticas, mas a verdade é que o tema desta sessão era a relação dos meios de comunicação com a sociedade. Talvez alguns dos problemas mais graves que hoje se levantam em relação ao discurso nos media se encontrem nas páginas e nos suplementos económicos dos jornais, e não apenas na parte propriamente política.

De facto, há aqui uma questão de fundo de poder que tem que ser levantada. É por isso que se deve discutir o problema da posse dos mecanismos editoriais e a questão de se saber até que ponto os jornalistas hoje não são, como muitas outras pessoas, agentes políticos de tipo novo, diferentes dos anteriores, que exercem funções essencialmente com "timings" e formas e discurso que são estritamente do domínio do político. É uma zona obscura que ganhava se houvesse mais claridade - se por exemplo os jornais se definissem claramente nas suas opções políticas, como acontece nos Estados Unidos.

Em relação à última intervenção - eu tive o cuidado de dizer que nunca defendi nem defendo que haja qualquer possibilidade de controlar administrativa ou juridicamente estas questões. Nós estamos perante problemas novos que só têm como mecanismo de controlo o debate público. A verdade é que o debate público destas matérias foi e é arrancado aos media à força, não é algo para o qual eles tomem a iniciativa, ou estejam sequer dispostos a admitir como normal. Tratam-no como se fosse uma pressão e reagem corporativamente.

Nenhum político tem a arrogância das secções em que os jornais respondem às cartas dos leitores que rectificam muitas vezes pequenos erros. O jornal tem sempre razão! "Conforme se lê pela carta anterior, tudo o que foi dito no artigo se verificou...." Isto não é em relação a casos políticos, é em relação a descrições de factos... Sugiro que leiam as cartas que as pessoas dirigem aos jornais rectificando notícias sobre casos de fontanários, de pequenos incidentes de poder local... Este ter sempre razão tem que ser sujeito a um debate público, que é o que nós estamos a fazer.

Sobre esse ponto de vista, o que o Conselho Nacional de Educação está a fazer é altamente positivo, porque, como disse o Professor Afonso de Barros, isto tem directa relevância para a questão da educação, porque eu não penso que os efeitos devastadores - não no sentido valorativo - dos media se exerçam apenas no domínio do político, exercem-se directamente no domínio da educação. Eu tenho a certeza que a maioria dos professores presentes neste seminário - e eu fui durante muitos anos professor, não apenas da Universidade, mas do ensino Básico e do Preparatório - tem perfeita consciência de que os instrumentos que tem ao seu dispor para ensinar são fraquíssimos em relação ao poder comunicativo dos media e isso também é indubitavelmente uma das fontes da crise actual do sistema de ensino.

É também difícil quebrar uma das características da modernidade intensificada pelos media, que é a aceleração do tempo comunicacional, e fazer com que os alunos leiam um livro de 200 páginas. Eu encontro alunos no último ano do Ensino Superior que tenho a certeza absoluta que nunca leram um único livro do princípio ao fim, um único. Não tenho dúvida nenhuma que isto acontece. E esta crise da leitura, questão evidentemente controversa, sem motivos únicos e sem

soluções simples, é um problema do tempo, é um problema psicológico de percepção da modernidade, da inserção das pessoas na modernidade, da capacidade de distanciação e de mediação.

Referi a mediação e a distanciação em relação ao político, mas penso que o mesmo se passa em relação a muitos outros sectores. Portanto, embora nós estejamos aparentemente numa sociedade banhada em informação, duvido que o estejamos realmente em termos de maior cidadania.

Porque é que os media têm este sucesso? Porque nós criámos uma sociedade em que as indústrias da cultura, a "intelligenza", o acesso à alfabetização cresceu e criou ela própria um público para estes media. Agora, como é que vamos sair disso? Com franqueza, eu não sou optimista e não acredito que o mundo caminhe sempre para a frente, há rupturas e volta-se às vezes para trás. Nesta matéria estamos perante um processo de degradação mais profunda do que se pensa de alguns aspectos da cidadania e o único meio de o contrariar é o debate público sobre estas questões. É nesse sentido que eu dou o meu contributo.

Dr. Daniel Proença de Carvalho

Gostaria de dar duas ou três referências para melhor interpretação da posição que assumi. Um dos aspectos que gostaria de frisar é que a minha intervenção não teve como referência o sistema da comunicação social português, a que só indirectamente aludi. O tema era mais vasto englobando o sistema da comunicação social nos países economicamente desenvolvidos e industrializados, no qual Portugal se inclui.

Significa isto, desde logo, que não se pode ver nas minhas palavras nem uma crítica à classe profissional responsável pelo sistema de comunicação social, nem à classe política nacional. Não pretendi fazer um julgamento nem dos jornalistas, nem dos políticos. Procurei, com alguma distância e objectividade – hoje não pertença nem à classe política, como o Pacheco Pereira, nem sou um reformado da política, como disse ser o António Barreto, mas que tem uma grande intervenção sistemática e permanente na política – falar como cidadão, com o direito que todos temos de emitir opiniões.

Fundamentalmente, pretendi transmitir a ideia de que, ao contrário do que foi dito nesta sessão, os meios de comunicação social não são um canal. Essa é uma ideia que hoje não corresponde à realidade. Numa perspectiva técnica e formal, as ondas hertzianas são apenas um canal e o papel onde os jornais são impressos também. Mas actualmente, a sofisticação e o desenvolvimento da comunicação social, levou a que possamos falar de um verdadeiro sistema de comunicação social, que funciona em paralelo com os sistemas político, educativo, de ensino; e o que eu quis dizer é que a evolução dos últimos tempos, nestas sociedades que eu analisei, tem levado à perda de influência de todos os outros sistemas em benefício de uma transmissão de poderes para o sistema da comunicação social.

Uma grande parte do nosso tempo é passada em frente dos televisores, as crianças adquirem conhecimentos e valores a olhar para a televisão. Tenho um filho de treze anos e dediquei mais atenção a analisar a sua evolução do que fiz com os meus primeiros filhos; verifico que, na realidade, ele tem a informação que lhe dá a televisão, sabe o que se passa no mundo através dela e o seu sistema de valores

é-lhe também transmitido por essa via. Isto significa que houve uma perda dos outros sistemas – a família e a escola em proveito dos *media*.

Com o sistema político passa-se algo de semelhante. Embora o poder jurídico-formal esteja na mãos dos políticos, esse poder hoje está muito condicionado pelo poder da comunicação social. O que é que isto significa? Que um político pode em determinado momento – também para responder a uma objecção feita – ter a perfeita consciência do sentido das reformas que é necessário empreender, mas não ter o poder efectivo de levar a cabo essas reformas, de cuja bondade para a evolução do país que dirige está convicto, se o sistema de comunicação social amplificar as resistências que se lhes opõem. Os políticos necessitam de convencer, de preparar longamente a opinião, para que ela evolua no seu sentido, e só depois estarão em condições de agir. Esta é uma constatação da realidade e não um julgamento da situação.

Mas há que ter consciência dos riscos que um sistema deste tipo apresenta para todos nós. É saudável tomar consciência disso e discuti-lo e peço desculpa mas não posso aceitar nem admitir – para responder à intervenção de um dos presentes – que quando se faz uma crítica à comunicação social sejamos imediatamente acusados de pôr em causa a liberdade de informação. É uma acusação injusta, que não pode ser feita para limitar o nosso direito à livre crítica. Se temos o direito de criticar os políticos, outros poderes, como por exemplo o judicial, e os intervenientes sociais, como dirigentes sindicais e patronais, líderes dos grupos económicos, etc, porque há-de ser-nos recusado o direito de criticar os membros da comunicação social, o seu sistema, os seus jornalistas e os seus donos? Não abduquemos desse direito de crítica geral! Não posso aceitar que haja uma classe que fique intocável, gozando do privilégio da não exposição à crítica. Por vezes, os

jornalistas reagem, com esse tipo de arrogância. Procurei, na minha intervenção, não citar casos concretos, nomeadamente a nível nacional, mas citaria, a título de exemplo, o caso da "notificação" que uma cadeia de televisão fez nestas eleições autárquicas a um político para que ele comparecesse em tal dia, a tal hora, para um debate com o Senhor X. Isto revela uma enorme arrogância, perante a classe política e os cidadãos em geral.

O meu optimismo radica, apesar de tudo, no funcionamento do mercado. Acredito que o conjunto dos cidadãos, com a inteligência que tem, acabará por reconhecer o problema, reconhecer os excessos e gerar mecanismos de auto-defesa, na medida em que as estações de televisão e os meios de comunicação social funcionam para o mercado. O mercado encontrará formas de limitar os abusos dos meios de comunicação social. Lembro, por exemplo, que as últimas sondagens que têm sido feitas quanto à credibilidade dos meios de comunicação social revelam inquestionavelmente que nos últimos tempos ela tem vindo a decrescer. Vi há tempos uma sondagem realizada em França, que mostra que nos últimos dez anos a credibilidade da televisão baixou enormemente. Há muitos anos atrás uma notícia veiculada pela televisão era normalmente encarada como um facto verdadeiro, hoje já não é assim.

Portanto, acredito que os meios de comunicação social sentirão – até para captar audiências – que têm que servir um produto melhor, de maior isenção, e qualidade. É essa convicção nas virtualidades do mercado e da democracia que me faz pensar que, não obstante os exageros e as eventuais rupturas, o sentido da evolução será positivo.

O que se está a passar neste momento em Itália, para os jornalistas, e principalmente para os políticos, deve ser tomado em grande consideração: o mundo em que vivemos pode gerar desequilíbrios e soluções anti-democráticas, se a classe política e a democracia não se fortalecerem pela virtude. É um aspecto fundamental e talvez o mais positivo da comunicação social: a denúncia dos abusos e da corrupção.

Mas a virtude não é uma exigência apenas para políticos, ela é também para os jornalistas e os detentores dos meios de comunicação social.

Prof.Doutor Eduardo Marçal Grilo

Gostava de fazer um brevíssimo comentário final, a título de ponte com as próximas sessões. No meu ponto de vista, este debate não podia ter sido mais útil para o arranque deste seminário. Foi necessariamente um debate inconclusivo e, por isso, um bom debate, pois quando os debates concluem qualquer coisa, normalmente não são bons. É possível que levemos para nossas casas, para os nossos postos de trabalho, para os sítios onde temos alguma actuação, as preocupações que nos foram transmitidas e possamos pensar e reflectir nelas.

Há um ponto essencial neste debate, do lado da educação, que não posso deixar de introduzir. É que se nós olhamos para a comunicação social e vemos que ela é um meio, um factor, um mecanismo em evolução de há uns anos a esta parte, socorrendo-se de meios que parecem imbatíveis, se hoje o professor, o educador, a escola, se sentem diminuídos face à potência e à capacidade dos meios de

comunicação social, no nosso caso português, eu diria que este debate podia ter sido feito tanto em Portugal como em qualquer outro país ocidental. Não houve aspectos tão particulares do nosso país que ele não pudesse ter uma certa universalidade. No entanto, há um factor crucial que não foi referido, a esmagadora maioria da população portuguesa não tem as características dos participantes neste seminário: o país tem 12% de analfabetos e 65% da população tem um máximo de 6 anos de escolaridade.

Ou seja, quando se fala nas regras de funcionamento do mercado, há como que um círculo vicioso que nós temos que ser capazes de identificar e de tentar interromper. Interrompê-lo do lado da educação é ter um grande objectivo de melhorar as qualificações, as habilitações e a capacidade formativa da nossa população no seu conjunto, talvez o meio mais poderoso que possuímos para quebrar o ciclo gerado entre a comunicação social e tudo aquilo que anda à sua volta.

Não advogo que a comunicação social deva ser combatida. Veja-se, por exemplo, a questão aqui colocada, e que muito nos tem preocupado no Conselho, do livro e da leitura. O livro e a leitura não se impõem dizendo às pessoas que fechem a televisão e leiam um livro, o problema coloca-se pondo a televisão ao serviço do livro e da leitura. Aquilo que os franceses, numa iniciativa das mais felizes que conheço, fizeram de há uns anos a esta parte, é que a televisão é o melhor meio de divulgação do livro e da leitura.

Quem está do lado da educação tem que ser capaz de perceber, antes do mais, que a educação não é um sistema fechado. Por isso, este tema geral foi introduzido propositadamente sem o contributo da educação. O Conselho quis que os professores fossem postos perante o

problema da comunicação social, sem ser na sua qualidade de professores. Os professores, além de exercerem essa profissão, são cidadãos, são pais, exercem uma série de papéis na sociedade e não podemos continuar a deixar que a educação seja um problema de professores ou que o sistema educativo seja uma espécie de empresa pública em que o Ministério assegura a distribuição da educação, tal como a EDP assegura a da electricidade.

Temos que compreender que a comunicação social apresenta um conjunto de riscos e de benefícios que devem ser analisados. Na educação, temos que ser capazes de encontrar os meios pelos quais convivemos com ela e somos capazes de a utilizar no sentido de não deixarmos que ela, como aqui foi dito, nos faça capitular. É o que, em certa medida, o Dr. Proença de Carvalho referia com a por vezes incapacidade ou bloqueamento do sistema político perante os media. O sistema de ensino, a escola e o educador não podem capitular perante o sistema da comunicação social. Há, portanto, um longo caminho a percorrer no debate sobre estas matérias, o que se fará durante o decorrer deste seminário.

Quero agradecer muito ao Dr. Proença de Carvalho, ao Doutor António Barreto e ao Dr. Pacheco Pereira terem-se disponibilizado a vir discutir connosco esta matéria, sobretudo da forma isenta, por vezes controversa, como o fizeram. Trouxeram-nos aqui uma imagem de uma grande seriedade intelectual.

Agradeço-lhes imenso o contributo que deram. O Conselho estará sempre à vossa disposição.